

**N O T A S**

sobre alguns vestígios romanos  
no  
**Concelho de Cascais**

por

**José Manuel dos Santos Encarnação**

Edição da Junta de Turismo da Costa do Sol

1968

Notas sobre alguns vestígios romanos  
no Concelho de Cascais

por

**José Manuel dos Santos Encarnação**

Edição da Junta de Turismo da Costa do Sol

ESTORIL — 1968

## PREÂMBULO

O clima de excepção, a actividade piscatória do seu litoral, o bom porto de posição bastante estratégica e a vizinhança da cidade de Lisboa (de longe um dos pontos de encruzilhada mais procurados desde tempos remotos) — todos estes factores devem ter contribuído eficazmente para que o concelho de Cascais fosse objecto, já na Pré-História, duma particular atenção do Homem que aí se teria estabelecido longamente.

Nestas circunstâncias, foi também ele alvo das ambições das gentes de Roma que — por mar e por terra — vinham afluindo, do Sul, e que já em 138 antes da nossa era se tinham estabelecido em Lisboa, segundo testemunham as «*Fontes Hispaniae Antiquae*».

Está ainda por fazer a história desta ocupação. Mas decerto a luta, se a houve, foi de pouca dura, porque assim no-lo faz supor a falta de acidentes geográficos de importância que permitissem o abrigo de redutos defensivos ou escaramuças de emboscada. Por outro lado, vemos que o concelho goza de tradições de paz. Provam-nas, por exemplo, os muitos vestígios eneolíticos explorados: abunda o material próprio duma população pacificamente agrícola — foicinhas, goivas, indústria microlítica, raspadores — sendo comparativamente mais escassos os objectos ofensivos, como pontas de seta ou de lança.

No momento actual, as investigações estão longe de chegar ao fim. Muito embora a Junta de Turismo e a Câmara Municipal de Cascais tenham todo o interesse em que se desenvolvam os trabalhos arqueológicos no concelho, é de lamentar que os estudiosos se não debrucem mais amiúde sobre tema de tão grande interesse. Porque pelos indícios que nos têm sido apontados, estamos seguros que a região de Cascais nos reserva ainda muitos «tesouros» não só pré-históricos como romanos.

## BIBLIOGRAFIA

Para o estudo da ocupação romana no concelho de Cascais dispomos de algumas referências dispersas, aqui e acolá. Como muito bem frisaram as nossas colegas Clarisse M. S. Mendes e Emília M. M. Amor, num trabalho a que deram o título de «*Vestígios romanos do Concelho de Cascais*», não existe nenhuma obra de conjunto e, por isso, procuraram reunir todas essas referências e encontrar os locais dos vestígios nelas mencionados. Foi esta, segundo cremos, a primeira tentativa do género e há que louvá-la.

Pela nossa parte, vamos também tentar essa visão de conjunto, acrescentando outros vestígios mais recentemente encontrados e, sobretudo, adoptando uma atitude crítica em relação a esses mesmos vestígios.

Vejamos, antes de mais, como se nos apresenta a bibliografia, genericamente:

1.º — FRANCISCO DE PAULA E OLIVEIRA, «*Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes*», artigo publicado nas Comunicações dos Serviços Geológicos, tomo II, pp. 85/108.

É um artigo póstumo: Paula e Oliveira não o pôde completar como talvez o desejasse. Trata-se da primeira obra em que o Autor pretende elencar todos os vestígios que lhe pareceram datáveis da ocupação romana e que ele enumera seguindo uma linha E/W. Diremos que é a obra de base que possuímos, sendo, por isso, largamente citada.

Contudo, quer-nos parecer que nem sempre têm sido devidamente consideradas as frases hipotéticas de que Paula e Oliveira teve o cuidado de semear o seu trabalho. Têm-se tomado com demasiado dogmatismo.

Paula e Oliveira andou por Cascais em 1889 e foi exarando no papel tudo aquilo que lhe pareceu ter ressaibos de pré-histórico e, no caso, de romano. Uma vez, deparou apenas com ruínas pouco definidoras; outras, procedeu mesmo a escavações, cujos resultados apenas nos são conhecidos através destas linhas que traçou no intuito de posteriormente as completar. Acresce a tudo isto o facto de, hoje, se não poderem contestar «*in loco*» as suas afirmações, ou porque os topónimos apontados já foram esquecidos ou os vestígios desapareceram por completo.

Paula e Oliveira é, por conseguinte, um autor que se deverá manejar com as necessárias cautelas, embora muito lhe devamos por ter sido pioneiro.

2.º — FELIX ALVES PEREIRA: tem artigos diversos publicados no *Diário de Notícias* de 1915, depois agrupados em vários números da revista *Antiquitas* (com o título de «Antiguidades do concelho de Cascais») e n'«*O Archeologo Português*» (volume XX), e elencados sob a epígrafe «A Antiguidade no Concelho de Cascais» no jornal «*A Nossa Terra*» de Novembro de 1917. No tomo III da «*Revista de Archeologia*», relativo a 1934, refere-se a várias inscrições dos arredores de Cascais. Publicou também no *Archeologo*, vol. XXIII, pág. 50 e seguintes, uma nota sobre «Ruínas romanas perto de Cascais».

Alves Pereira, nos trabalhos mencionados, vai colhendo notas aqui e além, descrevendo o que encontra e dando-nos a sua opinião, num estilo francamente agradável, aparentado quase com a literatura de viagens, sem fugir, no entanto, à verdade científica.

Referir-nos-emos, em particular, a algumas das suas opiniões. Contudo, como nota prévia, importa desde já verificar que, escassos vinte e cinco anos volvidos sobre as investigações, conscienciosas mas limitadas, de Paula e Oliveira, Félix Alves Pereira, visitando os mesmos locais — contesta muitas das afirmações do seu predecessor.

3.º — JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS: tem no volume I d'«*O Archeologo Português*» uma nota intitulada «Antigualhas das proximidades de Lisboa» e que contém dois parágrafos: «Ruínas romanas da Malveira de Cascaes» e «Sepulturas romanas de Caparide».

É o investigador sempre curioso que todos bem conhecemos e que tem largas intuições acertadas, sabendo pôr hipótese no momento oportuno.

4.º — AFONSO DO PAÇO e F. J. A. FIGUEIREDO, «*Vestígios romanos de los «Casais Velhos» (Areia-Cascais)*», separata da «Crónica del I Congreso Nacional de Arqueologia», Almeria, 1949.

É uma comunicação ao referido congresso, que desejaríamos mais ampla e, porventura, mais cuidada ou rigorosa. Supomos que o único vestígio de «villa» nitidamente romana do nosso concelho mereceria uma maior atenção.

Clarisse Mendes e Emília Amor souberam ver esta deficiência e, com fotografias, nova planta e o desenho correcto duma lucerna encontrada, contribuíram eficazmente para a valorização do que, na Areia, o povo denomina de «Casais Mouros».

Afonso do Paço e Fausto de Figueiredo brindaram-nos também com um «*Esboço arqueológico do concelho de Cascais*», que anda publicado em separata e foi incluído no n.º 3 do Boletim da Junta de Turismo de Cascais, relativo a 1949. Nesse esboço, agora um tanto desactualizado, citam, por ordem alfabética, os locais onde parecem ter sido encontrados vestígios romanos, acrescentando-lhes em nota a respectiva bibliografia. Pena que algumas das referências bibliográficas sejam de tal modo incompletas que nos deixam perplexos sobre o local onde as poderemos consultar.

5.º — ROSA CAPEANS, «*Duas campas lusitano-romanas de Caparidez*», apud «*O Archeologo Português*», vol. XXX, pp. 210 e seguintes.

Trata-se duma descrição segundo os moldes mais válidos da ciência arqueológica, com hipóteses bem formuladas e bases correctas.

## OS VESTÍGIOS

Passemos, pois, em resenha, os locais onde os autores referem ter encontrado restos da civilização romana.

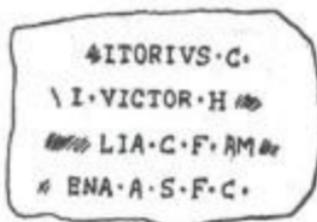
Seguiremos uma ordem alfabética, como o fez Afonso do Paço no esboço citado, e indicar-se-ão as fontes utilizadas.

### ALAPRAIA

Paula e Oliveira afirma que o chafariz desta localidade tem aparências de traçado romano. Apontamos a afirmação, mas não a poderemos considerar válida por deficiência de base. Perdoe-nos o ilustre cientista: contudo, surgem a cada pé de passada imitações das técnicas romanas.

São do Casal de Santa Teresinha, também na Alapraia, as duas tampas cupiformes de sepulturas e um fragmento doutra, todas com inscrições, que se encontram na Sala de Arqueologia do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, de Cascais.

Na mais bem conservada pareceu-nos distinguir:



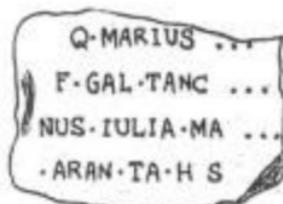
Grav. 1

Que interpretamos do seguinte modo:

[V]itorius C(aii)/[FI]L(ius) Victor h(ic) s(itus)/e(st). [Aemi]lia C(aii) F(ilia) Am[o]/ena a s(ola) f(aciendum) c(uravit).

Donde se pode deprender apenas que um tal Vitorius Victor, filho de Caio, estava ali sepultado e que Emília (ou Júlia) Amoena, também ela filha de Caio, mandara fazer esse monumento a expensas suas.

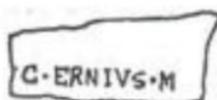
Na segunda inscrição a leitura é também difícil não só porque as letras estão apagadas mas também porque a inscrição está um pouco partida na parte superior e do lado direito. Lemos como segue:



Grav. 2

Parece-nos ser Tancinus o cognome de Quintus Marius, como surge noutras inscrições. Contudo, não encontramos solução para o MA, que tanto pode ser as duas primeiras letras de Mater como de Maxuma ou, de preferência, Materna. Houve quem transcrevesse Aranta, mas não o cremos viável porquanto é nítido o ponto entre o N e o T.

O fragmento da terceira inscrição diz:



Grav. 3

O M apresenta-se muito largo e a inscrição dá indícios de continuar para baixo. Lemos: C(aius) Ernius M(arci) [filius]

### ALCABIDECHE

Ao sul desta freguesia, no Casal do Geraldo, indica Paula e Oliveira (art. cit.) que encontrou vestígios de construções e escavações na rocha com possíveis finalidades agrícolas.

Alves Pereira, que também as viu, diz que «não é fácil decidir se são romanas ou mediélicas».

### ALCOITÃO

Paula e Oliveira refere a existência dum cemitério com trinta e quatro túmulos, no Alto da Peça. De notar que alguns deles tinham dois, três e até cinco esqueletos, o que faz pensar em jazigos de família ou em sucessivas inumações. Do espólio são dignos de menção: três pulseiras e dois anéis em bronze, um deles com cinco S gravados.

A duzentos metros, segundo o mesmo autor, haveria vestígios de cerâmica, tijolos e telhas.

Como já focámos, é impossível determinar se tais necrópoles serão ou não romanas. Paula e Oliveira diz que sim, porque os vestígios de construções próximas o levam a crer e data-os mesmo dos inícios da ocupação romana devido aos objectos encontrados e ao método da inumação aparentado com o céltico. Cremos, todavia, que por enquanto nada de sólido se poderá afirmar.

## ALVIDE

Alves Pereira, no volume XXIII do *Archeologo*, diz que encontrou em Alvide três recipientes rectangulares, semelhante tanques, da alvenaria abundante no local. Acrescenta que dois deles eram forrados interiormente de *opus signinum*.

É-nos impossível contestar ou confirmar a referência de Alves Pereira. Mas essa constituição de cal, areia e fragmentos de tijolo indicará necessariamente uma origem romana?

Entre Alvide e Abuxarda, nas Sancidreiras, refere também Félix Alves Pereira (*Archeol. Port.*, vol. XX, 1916) que encontrou vestígios de cerâmica de construção, mormente fragmentos de telha semicilíndrica (*imbrex*) e plana (*tegula*). Soube ter aparecido uma espécie de betonilha: seria o vulgar formigão ou um mosaico romano? Paula e Oliveira parece também referir-se a este local e afirma ter visto pedaços de mosaico.

Apesar de tudo, Alves Pereira não pôde obviamente optar por uma atribuição, dizendo que os vestígios se não são romanos datam possivelmente da Alta Idade Média.

Tendo visitado Sancidreiras pela segunda vez, em 1917, Alves Pereira emitiu então a seguinte observação (art. do jornal «A Nossa Terra»):

«Desta vez, porém, os vestígios observados revelaram-me a existência de envasamentos de vastos edifícios antigos, que só uma exploração metódica e urgentíssima valorizará devidamente. Em alguns sítios os restos, ainda subsistentes à superfície do solo, são muito abundantes e acusam a civilização romana e quiçá posterior».

Ainda por esta mesma zona, ao norte da Abuxarda, Francisco de Paula e Oliveira teria encontrado, na vertente da colina defronte do chafariz público, um cemitério que diz ser provavelmente romano. Do espólio que enumera é de salientar um anel de bronze com uma suástica rodeada de uma auréola e tendo quatro pregos nos intervalos dos braços e algumas pérolas de vidro. Numa das sepulturas mais afastadas do primeiro conjunto, orientada no sentido N/S teria encontrado um fragmento de espada, a qual, com mais duas lanças de ferro dos «Casais Velhos», seriam os únicos vestígios de armas da dominação romana na Península.

## AREIA

É uma pequena localidade situada antes da praia do Guincho, para o interior, bordejando a Quinta da Marinha.

Félix Alves Pereira, no artigo publicado no jornal «A Nossa Terra», afirma que a base do cruzeiro aí existente em 1917 era «uma pedra de cantaria, cheia de labores nas faces laterais». Classificou-a como sendo parte duma ara romana. Acrescenta que foi adquirida pelo Museu do Carmo, onde se deve encontrar.

Ao norte desta povoação, um pouco a oeste do local denominado Selão onde se encontra um marco geodésico, foi escavada em 1949 por Afonso do Paço e F. A. de Figueiredo uma «villa» rústica romana, chamada «Casais Mouros». Da comunicação a que já aludimos na bibliografia, salientamos que foi posta a descoberto uma casa com vestíbulo que dá para dois compartimentos em que arcos e vestígios de cinza e chamas parecem indicar estabelecimentos balneários; ao lado, um outro grande compartimento, tendo anexos uma espécie de depósitos para água. Há no Museu Condes de Castro Guimarães, fragmentos de *terra sigillata*, de cerâmica grosseira, pedras trabalhadas. Encontrou-se uma lucerna e algumas moedas — duas de Constantino, uma de Flávio Graciano Augusto, uma de Magno Clemente Máximo, duas de Honório e duas de Arcádio — que nos permitem datar a «villa» dos fins do Império Romano do Ocidente. Além disso, existiam dois cemitérios — um a oriente e outro a ocidente, este mais pobre; de notar, ainda, dois silos cavados na rocha a atestar o carácter agrário do conjunto.

A ara que Alves Pereira menciona é bem possível que tenha sido levada daqui.

Actualmente (1966), o campo está completamente votado ao abandono. Por lá crescem as ervas e os pinheiros. E os pastores aproveitam-se dos restos de cerâmica para manter obedientes os rebanhos.

Consta entre os habitantes mais idosos da Areia que se teriam retirado das sepulturas «bilhas» e objectos parecidos. Mas nada de seguro se pode mencionar, uma vez que o seu destino é completamente desconhecido.

A meio caminho da Areia para Birre, há, à direita, em frente ao hipódromo da Marinha, um sítio denominado *Penadas*; por enquanto não apresentou nada digno de nota, mas como o vocábulo nos pareceu aparentado com o latim *Penates*, aqui o anotamos.

## CAPARIDE

José Leite de Vasconcelos (art. cit.) refere que aí se encontraram duas tampas de sepultura cupiformes, de calcário (lizo). Uma é anepígrafa; a outra traz a seguinte inscrição:

L · IVLIVS · FVS  
CUS · H · S · E  
IVLIA · FESTA  
FIL · F · C

Que quererá dizer: L(ucius) Julius Fus/cus h(ic) s(itus) e(st)/ Julia Festa/fil(ia) f(aciendum) c(uravit).

Ou seja: Lúcio Júlio Fusco está aqui sepultado. Sua filha Júlia Festa mandou fazer (este monumento).

Rosa Capeans fala de duas outras tampas cupiformes, maciças, de mármore, muito danificadas e que teriam ingressado no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos uma em 1913 com o n.º 5:017 e outra em 1914 com o n.º 5:229. Apesar de toda esta precisão, não as conseguimos identificar.

Ambas têm inscrições muito danificadas. Damos a interpretação de Rosa Capeans:

I · G · F · AMU  
H · S · E · Q · —  
ONIVS · AVITVS  
ET · LEG · XXII · D  
F Gret. 4

*Leitura:* J(ulia vel Junia?) G(aia) f(ilia) Amo(ena) h(ic) s(ita) e(st). Q(uintus) [Ant]onius? vel [Apr]onius? [ve] t(eranus) leg(ionis) XII P(rimigeniae vel P(iae) [F(idelis)], f(aciendum) [c(uravit)].

*Tradução:* Júlia? ou Júnica? Amena, filha de Gaio, jaz aqui sepultada.

Quinto António ou Aprónio Avito, veterano da XXII legião Primigénia ou Pia Fiel mandou fazer (este monumento).

VALGIA · L  
SABINA · A  
XI S

Leitura: Valgia, L(ucii) (filia), Sabina, a[nn] (orum) ... XI ... [h(ic)] s(ita) [e(st)].

Tradução: Válgia Sabina, filha de Lúcio, falecida com onze anos (ou mais) de idade, jaz aqui sepultada.

### ESPIGÃO DAS RUIVAS

É um rochedo ao norte da praia do Guincho, perto da aldeola chamada Biscaia. Diz Paula e Oliveira que aí se lhe depararam fundamentos de edifícios.

Curiosa, todavia, a relação que o autor faz com o muito falado templo ao Sol e à Lua que consta ter existido no Cabo da Roca, extremo ocidental da Serra de Sintra ou Serra da Lua, como escreve Estrabão, e que André de Resende, entre outros, refere na obra «De antiquitatibus Lusitaniae», copiando mesmo duas inscrições que lá vira em dois cipos.

Efectivamente, é muito possível que esta seja uma das boas intuições de Paula e Oliveira — a não ser que futuras investigações venham desmentir a sua hipótese, pondo à luz do dia ruínas que tenham maior probabilidade de serem as do templo a que Estrabão alude.

### MALVEIRA DA SERRA

Numa das suas viagens arqueológicas, José Leite de Vasconcelos (art. cit., pág. 246) diz ter visto no sítio *Miroiços*, perto desta povoação, fragmentos de *imbrices* e *tegulae* em barro branco e vermelho e parte duma *mola manuaris* — vestígios que considerou «ruínas romanas».

### MANIQUE DE BAIXO

Segundo a nossa opinião, Manique de Baixo é, no momento, a povoação que reúne maiores requisitos de ter vastos indícios da ocupação romana.

Paula e Oliveira fala vagamente dum grupo de sepulturas quadrangulares com fragmentos de ossos, encontrado no centro da aldeia. E de ruínas de edificios a um quilómetro a sul, tendo tido notícia duma inscrição cujo destino se desconhecia.

Pois, há tempos, quando se procedia à construção do muro sul da quinta dos Padres Salesianos, no sítio chamado *Carrascal* de Manique, surgiu uma pedra bem cortada, em mármore amarelo de Sintra, emergindo dum antigo muro que estava subterrado e que, segundo os antigos, fora utilizada numa capelinha a S. Paulo aí existente e cujos muros agora foram em parte postos a descoberto. Interessante verificar como os anciãos sabiam da existência desse «friso da capelinha» e ainda ninguém o dera a conhecer.

Os pedreiros, porém, pouca importância ligaram ao facto e, se não fora a intervenção do nosso colega José Adolfo Vieira Duro, novamente a teriam adaptado ao muro a construir.

Escavando um pouco mais para alargar os alicerces, eis que se descobre outra parte perfeitamente ajustável à primeira.

Despojada da camada de argamassa e cal que a recobria e ajustadas as partes pôde-se ver que se tratava duma ara em forma de prisma quadrangular regular. De frente é este o aspecto:



Grav. 5

Tem as seguintes dimensões:

altura máxima .....	1,64 m
largura máxima .....	0,53 m
altura do capitel .....	0,25 m
altura do fuste .....	0,77 m
altura da base .....	0,62 m
largura do fuste .....	0,43 m
altura das letras .....	0,04 m

A inscrição parece ler-se com facilidade:

ARACO · ARANIO  
NICEO · I · MAXVMA  
AVVI · V · A · S · L · S

Apesar da clareza e decorativismo dos caracteres muito certos, bem proporcionados, denotando por isso o séc. I da nossa era — a ara é de facto duma rara beleza e encontra-se intacta com o *foculus*, o capitel, o fuste e a base muito bem estruturados — apesar disso, cremos que a interpretação da inscrição em si apresenta certas dificuldades. Interpretámos da seguinte maneira, que nos pareceu mais condizente:

Araco Aranio / Niceo I(ulia ou Iunia) Maxuma / Auvi (filia) v(otum) a(nimo) s(uo) l(ibens) s(olvit).

Ou seja: Júlia ou Júnica Máxima, filha de Auvo, dedicou este voto, de boa vontade, ao deus Áracó Arânio Niceo.

Aracus é apresentado no Corpus (4991 add.) como sendo o nome dum deus.

Aranio Niceo seria, talvez, uma variante regional dessa divindade. A leitura Auvi está documentada no Corpus (4991).

Actualmente, a inscrição está devidamente conservada perto do local onde se achou, em frente dum cruzeiro da dita quinta.

Merece reflexão o modo como a ara foi encontrada: a fazer parte dum antigo templo cristão. Sabemos que era costume os cristãos aproveitarem-se de templos pagãos para sobre eles, ou adaptando-os, levantarem os seus. A capelinha de S. Paulo ficava no cimo duma pequena elevação de terreno. Surge imediatamente a hipótese de aí ter preexistido um santuário ao deus Áracó.

De resto, toda a região de Manique de Baixo é rica sob o ponto de vista arqueológico e importa que lá se proceda a prospecções — com as necessárias cautelas para que o povo não impeça o progresso da ciência. Julgamos mesmo que o achado — até agora inédito — desta lindíssima ara de linhas tão perfeitas e em tão bom estado (pois só está partida ao meio) deveria ser um ponto de partida para novas investigações.

### MURCHES

Paula e Oliveira encontrou aqui, a oriente, um cemitério diferente dos de Alcoitão e Abuxarda. Por isso, opina que seja de povo diferente também.

Mas dentro da povoação, numa das cinco sepulturas semelhantes às de Alcoitão, haveria uma inscrição funerária que M. A. C. Borges de Figueiredo (*Revista Archeologia*, vol. III, números 5, 6 e 7, p. 86) interpretou da seguinte forma:

D(iis) M(anibus (Sacrum). / Laberia ..... f(ilia) / Materna / h(ic) s(ita) e(st).

### PAU-GORDO

No local «As Abrizes» ou «Zabrizes», Paula e Oliveira diz ter visto sinais de antigo cemitério.

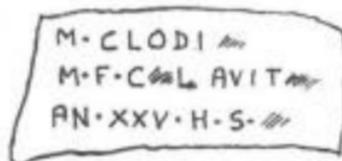
Mais uma vez é diversa a opinião de Félix Alves Pereira («Antiguidades do Concelho de Cascais», na «Antiquitas»):

«Ressalvando o meu respeito pela opinião daquele antropologista, parece-me que cemitério e sepultura são da Idade Média e não romanos. Quanto a mim a forma da sepultura tem grande significação e a presença de fragmentos de telhas (*tegulae et imbrices*) não obsta à sua capitulação medieval».

Acha, pois, que é necrópole cristã.

O mesmo investigador refere, a seguir, o achado duma tampa cupiforme, adaptada a bebedouro de animais, que, num dos topos, tinha a seguinte inscrição, que se pode estudar no Museu-Biblioteca de Cascais.

Transcrevemos:



Grav. G

M(arcus) Clodi[us] / M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Avit[us] / An(norum) XXV h(ic) s(itus) [e(st)].

Ou seja: Marco Clódio Avito, filho de Marco, da tribo Galéria, de vinte e cinco anos, jaz aqui sepultado.

Alves Pereira leu Cl(audia ou Clustumina). Neste caso, seria esta a primeira referência peninsular a tal tribo. Cremos, no entanto, que a sua leitura não está correcta, pois, na pedra, nota-se a haste vertical do L bem afastada do C sendo demasiado o espaço dedicado ao nome da tribo para que este tenha só duas letras.

## CONCLUSÃO

Como vimos, a maior parte dos vestígios romanos de Cascais estão actualmente irreconhecíveis e são vagas as referências que possuímos para podermos julgá-los no seu devido valor.

Uma conclusão, no entanto, se nos impõe: o concelho foi muito procurado e acusa bastantes focos populacionais. Com segurança, no entanto, só podemos afirmar o carácter romano dos «Casais Velhos» e, evidentemente, das nove inscrições.

Mas, repetimo-lo, estamos certos que o solo cascaense ainda encerra novidades sob este ponto de vista.

Oxalá, dentro de poucos anos, a picareta do arqueólogo venha a desenterrar essas novidades. Até lá, auguramos que, pelo menos, os «Casais Velhos» sejam um pouco mais valorizados, imunizando-os em certa medida das devastações neles praticadas pelas intempéries e pelas gentes.

Maio de 1966

## APÊNDICE

Este trabalho foi escrito em 1966; por conseguinte, no decurso de dois anos, algo se modificou, a que importa fazer referência.

Antes de mais, cumpre-nos salientar que algumas alusões, um tanto severas, aos investigadores que se debruçaram, conscienciosamente, sobre o tema que versamos, não implicam, da nossa parte — nem poderiam, de forma nenhuma, implicar — qualquer desrespeito pelos grandes pioneiros da Arqueologia do Concelho de Cascais. Significam, apenas, divergências de opinião quanto a métodos utilizados, então ainda incipientes. Criticar negativamente a sua obra seria — sem dúvida — esquecer que a metodologia da investigação é essencialmente um fenómeno dinâmico, progressivo, uma «cadeia» ininterrupta cujos elos são, todos eles, importantes.

Um segundo ponto: temos conhecimento de grandes iniciativas a serem postas em prática, logo que haja disponibilidade de pessoal, tanto pela Junta de Turismo como pela Câmara Municipal de Cascais.

Os «Casais Velhos», por exemplo, já foram beneficiados com obras de consolidação.

De resto, o acolhimento que nos foi prestado pela Junta demonstra claramente que a Arqueologia do Concelho tem vindo a merecer as melhores atenções. Mais se não faz, porque é escasso o elemento humano disponível.

A terceira anotação respeita à ara de Manique de Baixo, que conseguimos decifrar.

Foi com júbilo que, ao consultarmos a obra «Religiões da Lusitânia...», de J. Leite de Vasconcellos, vol. II, pág. 313, Lisboa, 1905, deparámos com a seguinte referência que transcrevemos na íntegra:

«Em S. Paulo (Lisboa) diz o *Corp. Insc. Lat.*, II, 4991 (p. 693), que houve uma ara em que se lia a inscrição que transcrevo ao lado. Infelizmente é muito incerta a leitura, pois ARA — pode fazer parte do nome da divindade, ou ser o substantivo comum *ara(m)*, que às vezes se encontra nas inscrições d'esta especie. O resto da inscrição não é mais claro; apenas nas ultimas letras se divisa a clausula, ainda assim com dúvidas (scrá o primeiro s a inicial de *suo*, como Hübner pergunta?). — Em vão tenho procurado o monumento; de certo desapareceu».

ARACOARANIO  
NICEO · I · MAXVINA  
AVVI · V · A · S · L · S

Trata-se, pois, da ara descrita neste opúsculo.

Como podemos observar, pela comparação, as dificuldades apontadas por Leite de Vasconcellos são facilmente solúveis. O único problema que subsiste, neste momento, é saber se o nome do deus consta de três palavras ou se serão unicamente duas: ARACUS ARANIONICEUS. Leite de Vasconcellos aponta mesmo uma terceira leitura possível: ARACOARANIOCEUS. Não nos parece correcta, pelo menos, em presença da ara.

O local do aparecimento — uma antiga capelinha dedicada a S. Paulo — confirma, também, o que Hübner escreveu, em 1867.

É, conseqüentemente, mais uma divindade indígena romanizada a juntar ao seu já grande elenco.

*O Autor*

#### *NOTA:*

O Autor agradece à Junta de Turismo da Costa do Sol, na pessoa do seu Presidente, Sr. Joaquim Miguel de Serra e Moura, a amabilidade com que o acolheu e se prontificou a fazer esta publicação; e o apoio que encontrou no Sr. D. Fernando de Almeida, professor de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, e no Sr. D. António de Castello Branco, vice-presidente da Câmara de Cascais.

